

A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS NOTURNAS DO “GRANDE DIRCEU” NO IMAGINÁRIO DE PROFESSORAS E PROFESSORES

Vilma Dias de Araujo¹ (UFPI)

Maria do Carmo Alves do Bomfim² (UFPI)

GT 07 - Infância, juventude e violência nas escolas.

INTRODUÇÃO

O fenômeno da violência nas escolas é uma realidade com visível e significativo crescimento em vários países, sendo inúmeras as ocorrências de atos violentos que têm tido como palco nossas escolas e como protagonistas seus alunos e professores. Tais ocorrências podem ser constatadas nas constantes reportagens veiculadas pela imprensa mundial, nacional e local.

Infelizmente, a presença desse fenômeno em Teresina – PI também já se constitui uma realidade concreta e comprovada pela imprensa local e pelo Pelotão Escolar³, que apontam a região do “Grande Dirceu”, localizada na zona sudeste da capital teresinense, como um dos locais com um grande número de ocorrências práticas violentas nas instituições escolares. Dentre as mais graves delas podemos destacar o assassinato de um estudante, a golpes de faca, por um colega, no pátio da escola onde ambos estudavam, Esse lamentável episódio aconteceu no dia 19 de abril de 2004, diante do olhar atônito de dezenas de estudantes e funcionários em uma das escolas da referida região.

Buscando compreender esse fenômeno e acreditando que, para isso, se faz necessário vislumbrar, não apenas o visível, mas também o que é representado no imaginário dos atores envolvidos, buscamos com esse estudo identificar e analisar as representações sociais das professoras e professores das escolas públicas noturnas do “Grande Dirceu” sobre a violência nas escolas.

A análise proposta foi feita à luz da teoria das Representações Sociais, que são, segundo Serge Moscovici (1978), construções mentais elaboradas e partilhadas por diferentes grupos sociais, contribuindo para uma interpretação significativa do real.

Para o referido autor quando um objeto estranho penetra no nosso campo de atenção, provoca tensão e desequilíbrio. Para reduzi-los “é preciso que o conteúdo estranho se desloque para o interior de um conteúdo corrente e que o que está fora do nosso universo penetre no interior do nosso universo. Mais exatamente, é necessário tornar familiar o insólito, o não familiar” (p. 60).

Corroborando com esse pensamento, Denise Jodelet (2001), afirma que criamos as representações sociais para compreender o mundo e nos posicionarmos diante dos problemas do cotidiano.

Assim, a presença da violência no ambiente escolar, antes considerado um local seguro, é algo estranho, não familiar e ameaçador. Para compreendê-lo, os grupos sociais elaboram, pois, as suas representações sobre o fenômeno. Essas representações expressam, como salienta Celso

¹ Aluna do curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí.

² Professora Doutora, Orientadora do Curso de Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí.

³ Órgão da Secretaria Estadual de Educação do Piauí em parceria com a Polícia Militar do Piauí, que tem como objetivo prevenir e coibir a violência e o uso e tráfico de drogas nas escolas de Teresina.

Pereira de Sá (1995, p.27), “uma compreensão alcançada por indivíduos que pensam, mas não sozinhos”, por isso são sociais. São elas que, segundo Jean-Caude Abric (1998), orientam as práticas sociais.

Portanto, o conhecimento da identidade social de um grupo, bem como a compreensão de determinados comportamentos e práticas de seus componentes, pressupõe a identificação de suas representações sociais, tendo em vista que elas funcionam “como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com o seu meio físico e social, determinando seus comportamentos e práticas” (p. 28).

Dessa forma, temos a convicção de que esse é o referencial adequado para clarificar os determinantes de posturas e práticas pedagógicas do grupo de professoras e professores pesquisados em relação à presença da violência nas escolas.

O estudo foi realizado com 36 docentes, em 03 escolas públicas noturnas do “Grande Dirceu”, região situada na zona sudeste de Teresina, que possui uma população estimada em quase 180.000 habitantes⁴. Essa região, como todo grande agrupamento urbano, acumula uma série de problemáticas sociais, dentre as quais, a violência, que ora atinge, também, os seus estabelecimentos escolares.

Como instrumentos de coleta, utilizamos: observações sistemáticas, questionários e entrevistas com grupos focais, as quais foram analisadas através da análise categorial, uma técnica da análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (1977).

Manifestações da violência: múltiplas perspectivas e abordagens

A violência é um fenômeno social que tem se manifestado em todos os momentos da história da humanidade. Seu significado, no entanto, varia de acordo com o contexto sócio-histórico, com as normas e valores próprios da história e cultura de cada organização social, expressando assim valores e contradições de cada sociedade. Não há, como salienta Michaud (1989, p. 14), “discurso nem saber universal sobre a violência: cada sociedade está às voltas com a sua própria violência segundo seus próprios critérios e trata seus próprios problemas com maior ou menor êxito”.

A categoria violência encerra, pois, leituras diferenciadas e é abordada sob diferentes critérios e perspectivas. Portanto, não se pode tratar da violência, mas de violências que se configuram em contextos e situações particulares.

Bartolomé Sorge (1993, p.09) destaca, dentre os fatores que caracterizam a violência, o uso da força e a violação de um direito. Dessa forma, a violência se configura, segundo ele, quando há

O uso injusto da força física, moral e psicológica – com a finalidade de privar um ser humano do seu legítimo direito à vida, à saúde e à liberdade. (...) Quando o homem é impedido de ter uma opção livre, quando é obrigado a fazer o que é contrário a sua vontade, ideais e interesses.

Para Michel Maffesoli, apud Ilana Laterman (2000), esse é um fenômeno inerente a toda formação social estando sempre presente em qualquer relação humana sendo pela sua constante presença criada a necessidade de negociação, do estabelecimento de normas de convivência e estrutura social, portanto, “a violência pode até ser indesejável, mas é, exatamente, por sua presença permanente e desagregadora que a sociedade se organiza e se estrutura”.(p.30).

⁴ Dados referentes ao censo de 2000, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Na perspectiva antropológica, esse fenômeno é visto como positivo por seu papel na sobrevivência individual e de determinadas culturas, bem como na estruturação das sociedades.

Por outro lado, em algumas sociedades contemporâneas, paradoxalmente, a violência utilizada contra o indivíduo violento é legítima. Por isso, para punir os indivíduos que praticam atos de extrema violência, a pena de morte – uma prática, também, extremamente violenta – é legalizada em muitos países e, mesmo onde ela é ilegal, muitas pessoas que se dizem pacíficas a defendem.

A guerra, uma das mais estúpidas manifestações da violência, também tem, historicamente, sido utilizada para garantir a estruturação das sociedades. A lógica para a utilização dessa estratégia é a de que os fins – a resolução de conflitos – justificariam os meios – a sua utilização. Em contrapartida, até hoje não se tem constatado nenhum benefício que possa justificar seus nefastos e devastadores efeitos.

Outra manifestação da violência que tem se perpetuado em quase todos os modelos de sociedade é o filicídio – violência praticada contra crianças e adolescentes pelos seus próprios pais. Segundo Sueli Damergian (1986), essa é a mais cruel e inaceitável de todas as formas de violência, no entanto, mesmo em países onde é ilegal como no Brasil, ela é amplamente utilizada e, socialmente, legitimada.

Fatores desencadeadores da violência

Muitos são os fatores que podem contribuir para que esse fenômeno se manifeste, dentre eles, podemos destacar a sua própria banalização. A sociedade é permissiva com muitas formas de violências que, por isso, acabam naturalmente incorporadas ao seu cotidiano.

Áurea Guimarães (1996), constatou essa naturalização no discurso e práticas de vários docentes que ignoravam muitas agressões verbais e físicas praticadas por alunos. Para eles, essas atitudes eram ‘coisas deles’ e ‘natural da idade’.

Luiza Mitiko Camacho (2001), ao tratar dessa questão, salienta que essa banalização de práticas violentas leva à insensibilidade com o sofrimento, bem como ao desrespeito e a invasão do espaço do outro e, conseqüentemente, ao crescimento da violência, inclusive, nas escolas.

Nesse contexto de visível crescimento e banalização da violência, estudos como os de Maria Stela Graciani (1997), Isabel Frontana (1999), Silvia Mello (1999), Ilana Laterman (2000), e Marília Sposito (1998), constatam que os jovens constituem o contingente populacional mais vulnerável ao envolvimento com a violência. Apesar disso, Sposito (1998), aponta como fator determinante para que muitos jovens se envolvam e, práticas violentas a falta de perspectivas de um futuro melhor, fato também constatado no estudo de Vilma Araujo e Maria do Carmo Bomfim (2000) e bem retratado na chocante resposta de um adolescente ao ser questionado sobre as suas expectativas em relação ao futuro: “Da vida eu só espero a morte mesmo”.

Mello (1999), ao discutir a violência e exclusão dos jovens no Brasil, destaca a convivência paradoxal entre ricos e pobres nos grandes centros urbanos, como uma forma de violência desencadeadora de outras violências. Para essa autora, o mercado de consumo, que cria necessidades materiais impossíveis de serem satisfeitas pelas classes sociais mais pauperizadas, estimula os jovens à prática de atos violentos para a obtenção de bens colocados pela mídia como essenciais à inclusão social, inclusão, segundo ela, “perversa”.

Violência nas escolas: um objeto em construção

A escola, um ambiente que durante muito tempo foi considerado seguro tem, infelizmente, se constituído, em vários países, palco para a prática de atos violentos, como podemos constatar em estudos como o de Eric Debarbieux e Catherine Blaya (2002). Esse estudo mostra, através dos relatos de vários autores, como esse fenômeno tem se manifestado em vários países europeus. Os autores mostram, ainda, como o objeto de estudo violência nas escolas, aos poucos, vai sendo construído e as pesquisas sobre o tema, consolidadas.

Não obstante à relevância e premência do tema, no Brasil, o interesse acadêmico por ele ainda é restrito, como constatou Sposito (2001). Segundo ela, (...) “não há, ainda, grupos de pesquisadores que busquem traçar um programa conjunto de investigações, abrangendo cidades e situações sócio-culturais diferentes em todo o país”. (p.85)

Nesse estudo, a autora fez um levantamento dos trabalhos de pós-graduação produzidos no Brasil entre 1980 e 1998 – (entre dissertações de mestrado e teses de doutorado), e constatou que, dos 8667, apenas nove investigaram a problemática da violência escolar.

Apesar da comprovada limitação, a produção existente sobre o problema já permite a identificação dos principais tipos de violências que ocorrem no espaço escolar, dentre as quais podemos destacar as ações contra o patrimônio (depredações e pichações) e as agressões interpessoais, sejam verbais ou físicas.

Laterman (2000), registra que a presença significativa de práticas de incivilidades no espaço escolar é, muitas vezes, equivocadamente, tratada como violência. Nesse estudo, a autora destaca que há uma íntima relação entre o fenômeno da violência escolar. Segundo ela, as diversas formas de violências que se manifestam nos estabelecimentos escolares possuem a sua própria dinâmica, que se mistura à dinâmica social, portanto, não pode ser encarada como um fenômeno isolado.

Vicente Tavares dos Santos (2001), ao se referir a essas pequenas ‘erupções de desordem’ nas escolas, prefere denominá-las de conflitos de civilidades, tendo em vista a coexistência de diferentes códigos e normas de condutas, o que pode gerar conflitos entre os grupos de docentes e alunos. Para ele, qualquer análise sobre o fenômeno da violência nas escolas deve levar em conta a relação de poder que existe entre professores (as) e alunos (as), na qual a violência simbólica é sempre utilizada como forma de controle social.

Sposito (1998) ressalta que a violência praticada por adolescentes na escola pode ser um indicativo concreto de protesto contra os valores transmitidos nessa instituição, os quais não respondem as suas expectativas e necessidades concretas. Para ela,

Práticas pedagógicas que acenam apenas com incertas possibilidades de melhoria para o futuro não são suficientes para construir relações significativas com a escola. Na falta de outras referências, a indiferença e a violência serão respostas frequentes e banalizadas expressões parciais da crise que atinge os sistemas escolares. (p.73).

Além das produções acadêmicas, algumas iniciativas do Poder Público no sentido de mapear as ocorrências de violência nas escolas são registradas na década de 1980. No entanto, dadas as inúmeras dificuldades de sistematização, os dados e diagnósticos dessas pesquisas ficaram comprometidos.

Já na década de 1990, alguns diagnósticos e pesquisas de natureza descritiva sobre essa temática são produzidos também por algumas organizações não-governamentais, entidades de profissionais da educação e organismos públicos. Dentre esses estudos, podemos destacar o que

foi realizado pela UNESCO em escolas de 14 capitais brasileiras e organizado por Miriam Abramovay e Maria da Graças Rua (2002).

No referido estudo, as autoras tecem uma série de comentários sobre as manifestações de violência nas escolas, desde o seu entorno às dependências internas, a partir da análise das percepções de todos os segmentos da comunidade escolar sobre o fenômeno, Foram analisadas ainda as regras disciplinares, as percepções dos atores sobre a escola e o ensino nela ministrado e, por fim, os tipos de violência com maior frequência de ocorrência e suas possíveis causas.

Em suma, o arcabouço teórico que trata da violência nas escolas brasileiras, embora ainda incipiente, nos aponta para a complexidade do tema e, portanto, para a necessidade de análises aprofundadas, que discutam o fenômeno considerando a multiplicidade de seus aspectos e especificidades e que o façam numa perspectiva dinâmica e multidimensional, considerando seus determinantes socioeconômicos, políticos e culturais e, sobretudo, o contexto histórico-social no qual ele se manifeste.

RESULTADOS DA PESQUISA

O perfil do grupo pesquisado

O grupo pesquisado é composto por 24 mulheres, o que corresponde a 66,7% do total, portanto a maioria, e apenas 12 homens (33,3%), confirmando a predominância da presença feminina no exercício da atividade docente nas escolas pesquisadas.

A maior parte do grupo de professores e professoras pesquisados – 17 (47%) – é profissionalmente qualificado em nível superior, 06 (16,7%) são habilitados com o Curso Pedagógico em nível médio, 07 (19,4%) estão cursando o Ensino Superior e os 06 restantes são pós-graduados em nível de especialização.

Quanto à jornada de trabalho, dos 36 professores pesquisados, 16 (44,4%) têm uma jornada de 40 horas semanais dedicadas ao trabalho docente, 15 (41,7%) ministram aulas somente no turno da noite, perfazendo uma carga horária de 20 horas por semana e, 05 (13,9%) que estão exercendo a função de diretores, trabalham em regime de dedicação exclusiva. A maior parte do grupo dedica 08 horas diárias às atividades docentes, sobrando-lhes pouco tempo para atividades de aperfeiçoamento profissional.

A maioria dos participantes da pesquisa – 25 (69%) – são professores efetivos da rede estadual de ensino, sendo que 05 (13,9%) são prestadores de serviço com contrato temporário e 06 (16,7%) são estagiários das Universidades Federal e Estadual do Piauí. Podemos observar ainda que 18 (50%), portanto a metade do grupo está há pouco tempo no exercício da profissão docente – de 01 a 05 anos. Do restante temos 07 (19,4%) com o tempo de serviço docente entre 06 a 10 anos, 02 (5,6%) de 11 a 15 anos, 06 (16,7%) de 16 a 20 anos e 03 que se dedicam ao exercício do magistério a mais de 20 anos.

Apenas 08 (22,2%) dos professores e professoras pesquisados exercem outra atividade não-docente, portanto a maioria, 28 (77,8%) se dedica exclusivamente à atividade docente.

A violência no cotidiano das escolas do “Grande Dirceu”: realidade e representações de professoras e professores

Dos 36 docentes questionados, 25 (69,4%) afirmaram já terem presenciado atos de violência na escola onde trabalham e 11 (30,6%) nunca o fizeram, no entanto, tomaram

conhecimento da ocorrência dos referidos atos. Portanto, esses dados nos permitem a constatação da existência real da problemática no universo selecionado.

Quanto aos tipos de violências mais apontadas pelos respondentes destacaram-se: os xingamentos, as agressões físicas de natureza leve, os ataques pessoais e desrespeitosos e as ameaças (inclusive de morte) às professoras e professores. Foram apontadas, ainda, com números consideráveis de ocorrências: a discriminação racial, social e de gênero e, em menor escala, casos de perseguição política, assédio sexual e práticas de atos aterrorizantes como o lançamento de bombas caseiras dentro da escola. Quanto à autoria de atos violentos, os alunos foram os mais apontados, sendo que, do total de 36 respondentes, 25 (69,4%) atribuíram a eles a prática da maioria dos atos de violência na escola. Vale lembrar que esses atores não foram ouvidos.

Em seguida, são também apontados como autores de práticas consideradas violentas os diretores (as), citados por 05 (13,9%) dos sujeitos questionados e os vigilantes, indicados por 04 (11,1%) dos professores pesquisados. Também foram citados como autores de atos violentos, embora por um número irrelevante de sujeitos – apenas 01, pessoas alheias à escola e professoras (es).

Ainda com referência à autoria dos atos violentos ocorridos no espaço escolar, os homens foram apontados quase que pela unanimidade dos respondentes. Assim, 34 (94,4%) dos pesquisados citaram os homens como autores da maioria dos atos de violência na escola, 02 (5,6%) afirmaram que homens e mulheres se envolvem, na mesma proporção, com a prática de violência e nenhum indicou as mulheres como autoras desses atos.

Os homens também foram os mais apontados como sendo as maiores vítimas da violência na escola. Assim, 26 (72,2%) afirmaram que são eles os mais vitimizados por esses atos, 06 (16,7%) disseram que essa vitimização independe de gênero, portanto, homens e mulheres são vítimas desses atos numa proporção de igualdade e, apenas 04 (11,1%), indicaram as mulheres como as mais vitimizadas.

Nos casos das ocorrências citadas, as medidas mais adotadas pelas escolas, segundo os respondentes, foram: o aconselhamento para os envolvidos, solicitação da interferência policial e a suspensão dos envolvidos das atividades escolares por um determinado período. Foram citadas ainda, embora por um número bem menor de professores e professoras, outras medidas como: a omissão da escola em relação aos casos ocorridos, a expulsão dos envolvidos da escola e a realização de reuniões com representantes da comunidade escolar, na busca de soluções para a problemática.

Embora o uso de drogas seja apontado pelo grupo como sendo uma das maiores causas da violência nas escolas, ao serem questionados sobre se os autores dos casos de violência relatados estavam drogados, 26 (72,2%) afirmaram não saberem identificar se o aluno se encontra sob efeito de drogas e 10 (27,8%) afirmaram que apenas alguns se encontravam drogados, mas, também tinham dúvidas em relação a isso.

Em relação a muitas ocorrências do cotidiano das escolas pesquisadas, as quais são representadas no imaginário dos docentes ouvidos como atos violentos, seria mais adequado denominá-las de incivilidades, conflitos de civildades ou ainda de micro-violências de acordo com as discussões de Laterman (2000); Santos (2001); e Debarbieux (2002).

Segundo Debarbieux (op. cit.), é comum essa imprecisão em relação à definição do que seja violência nas escolas. No entanto, segundo ele, essa multiplicidade e heterogeneidade de atos sociais que são agrupados pelos atores escolares sob a terminologia genérica ‘violência’, não podem ser desprezadas pelos estudiosos desse fenômeno, pois, constituem-se pontos de vista possíveis na construção de um conceito. Para esse autor, “não pode haver conhecimento total

sobre a violência – sobre a violência social na escola – porque tudo que nos é possível é obter representações parciais dela”. (p. 20)

Michaud (1989), ao tratar dessa questão, atribui a imprecisão em relação ao termo violência às diferentes concepções de violência que, segundo ele, estão relacionadas aos critérios e pontos de vista que podem ser: institucionais, jurídicos, sociais e até pessoais. Assim, para ele,

A violência é definida e entendida em função de valores que constituem o sagrado do grupo de referência. Apesar da diversidade dos grupos humanos, alguns valores recebem uma adesão mais ampla, mas isso não pode dissimular a divergência e a heterogeneidade das convicções. A idéia de violência cristaliza essa heterogeneidade e essas divergências.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Os dados analisados nos permitiram, ratificar a presença concreta do fenômeno no universo pesquisado, no entanto, em níveis bem inferiores aos alardeados pela mídia e presentes nas representações sociais das professoras e dos professores pesquisados, tendo em vista que grande parte das violências apontadas se enquadram mais no grupo das incivildades, conflitos de civilidades ou das micro-violências discutidos por Laterman (2000), Santos (2001) e Debarbieux (2002).

Em relação à autoria dos atos de violência, podemos perceber que a unilateralidade das informações (apenas professores como informantes) podem ter comprometido alguns dados, pois o fato dos docentes não serem apontados como autores desses atos denuncia que a relação de poder sempre existente na relação pedagógica, na qual a violência simbólica é sempre utilizada como forma de controle social foi, se não ignorada, omitida pelos sujeitos pesquisados.

O fato da maioria dos sujeitos pesquisados não identificarem um aluno sob o efeito de drogas é um dado revelador das lacunas na formação desses docentes, cujas agências formadoras não os prepararam para lidar com questões sociais como a violência e a drogadição, comprovadamente, presentes no cotidiano de muitos estudantes.

Acreditamos que essas lacunas possam ser superadas, tendo em vista que a formação docente é um processo em construção, contínuo e dinâmico, portanto, passível de transformações. Esse processo deve, pois, ser aperfeiçoado no cotidiano escolar, através da inclusão de discussões e reflexões sobre as mais diversas temáticas, sobretudo aquelas, concretamente vivenciadas pelos discentes, pois, somente assim a escola poderá cumprir o seu papel de contribuir para o desenvolvimento de um pensamento reflexivo nos alunos, ajudando-os a construir uma compreensão coerente da realidade e desenvolvendo ações que visem a promoção e difusão dos valores de solidariedade, respeito, honestidade, responsabilidade, fraternidade e de convivência pacífica, condição essencial para o enfrentamento de problemáticas sociais como a presença das drogas e da violência nas escolas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, M; RUA, M^a das G. **Violência nas Escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.
- ABRIC, J. C. **A abordagem estrutural das representações sociais**. In: MOREIRA, A., S. & OLIVEIRA, D.C. de (Org.). **Estudos interdisciplinares em Representação Social**. Goiânia: AB, 1998, p.27-46.
- ARAÚJO, C. **A violência desce para a escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- ARAUJO, V. D; BOMFIM, M. C. A do. **O futuro de crianças e adolescentes nas ruas de Teresina: representações x perspectivas**. Teresina: 2000. Trabalho de Iniciação científica – PIBIC/CNPq/UFPI.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- CAMACHO, L. M. Y. **As sutilezas das faces da violência nas práticas escolares de adolescentes**. Cadernos de Pesquisa, v. 27, n.01, p.123-140, jan/jun. 2001.
- DARMEGIAN, S. **Entre a vida e a morte: a violência contra a infância nos grandes centros urbanos**. In: STEINER, M. H. F. (Org). **Quando a criança não tem vez: violência e desamor**. São Paulo: Pioneira, 1986.
- DEBARBIEUX, E; BLAYA. C. **Violência nas escolas: dez abordagens européias**. Brasília: UNESCO, 2002.
- FRONTANA, I. C. R. C. **Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1997.
- GUARESCHI, P. & JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GUERRA, V. N. de A. **Violência de pais contra filhos: algumas indagações**. In: STEINER, M. H. F. (Org). **Quando a criança não tem vez: violência e desamor**. São Paulo: Pioneira, 1986.
- GUIMARÃES, Á, M^a. **A dinâmica da violência escolar**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- JODELET, D. **As representações sociais**. . Trad. Lílian Ulup. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001.
- LANE, S. T. M. **Linguagem, pensamento e representações sociais**. In: CODO, W. (Org). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1992, p.32-39.
- LATERMAN, I. **Violência e incivilidade na escola**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.
- LEAL, T. F. et. Al. **O alfabetizador de adultos: condições de vida, trabalho e formação profissional**. In: **Ler para viver: alfabetização de jovens e adultos em discussão**. Teresina: Halley S.A, 1996, p.39-45.
- MELLO, S. L. **A violência urbana e a exclusão dos jovens**. In: SAWAIA, B. (Org). **As artimanhas da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 1999, p.129-140.
- MICHAUD, I. **A violência**. Tradução: L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989.

MOSCOVICI, S. **A representação social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. **Além das muralhas**. ISTO É, N. 1573, p. 116-118, nov/ 1999.

OLIVEIRA, E. **Violência contra a criança**. NOVA ESCOLA, n. 70, p.33-36, out / 1993.

OLIVEIRA, F. O. de. & WERBA, G. C. **Representações Sociais**. IN: STREY, M.N et. all. Psicologia Social Contemporânea. Petrópolis: Vozes, 1998.

ROUQUETE, M. L. **Representações e práticas sociais: alguns elementos teóricos**. In: MOREIRA, A. S. & OLIVEIRA, D. C. de (Org). **Estudos interdisciplinares em Representação Social**. Goiânia: AB, 1998, p. 43-46.

SÁ, C. P. de. **Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria**. In: SPINK, M. J. (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

SANTOS, J. V. T. dos. **A violência na escola: conflitualidade social e ações civilizatórias**. **Educação e Pesquisa**, v. 27, n. 1, p. 105-122, jan/ jun. 2001.

SILVA, M^a D. **Para Onde Caminha a Educação: a Violência nas Escolas e suas Implicações para a Prática Pedagógicas** Monografia de especialização. UFPR, 2002.

SORGE, B. **A violência**. São Paulo: Loyola, 1993.

SPOSITO, M. P. **A instituição escolar e a violência**. Cadernos de Pesquisa, n.104, p.58-73, jul/98.

_____. **Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil**. **Educação e Pesquisa**, v. 27, n.1, p. 87-103, jan/jun. 2001.

VIOLÊNCIA e pobreza ameaçam crianças. DIÁRIO DO POVO, Teresina, 14/dez/1999, p. 5.

ZALUAR, A & LEAL, M.C. (2001) **Violência extra e intramuros**. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Vol. 16, n.45, p.145-161, fev / 2001.